

CÉLIO ARMANDO JANCZESKI
Professor de Direito

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Editora OAB/SC

Florianópolis, 2005

CATALOGAÇÃO NA FONTE

J332d

Janczeski, Célio Armando
Direito Processual Tributário/Célio Armando Janczeski -
Florianópolis: OAB/SC Editora, 2005.
344p.

ISBN 85-98304-15-8

1. Direito Tributário. 2. Processo Tributário I. Título

CDU-34:336.2

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Prefácio	9
Introdução	17

Capítulo I

Lançamento Tributário	19
1 - Notas introdutórias	19
2 - Modalidade de lançamento	21
2.1 - Lançamento de ofício	22
2.2 - Lançamento por declaração	24
2.3 - Lançamento por homologação	24
3 - Lançamento feito em razão de arbitramento	26
4 - Lançamento e execução fiscal	28
5 - Irrevisibilidade do lançamento	29

Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário	31
1 - Introdução	31
2- Moratória e parcelamento	32
2.1- Da retroatividade da lei mais benigna-Análise destacada	34
2.1.1- A irretroatividade da lei tributária	35
2.1.2 - Retroatividade benigna	36
2.1.3 - Ato não definitivamente julgado	38
3 - O depósito do seu montante integral	40
4 - As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo	42
5 - A concessão de liminar em mandado de segurança	44
6 - A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial	46

Descumprimento de Ordem Judicial	48
---	----

Capítulo II

Processo Administrativo Fiscal	52
1 - Fases processuais	52
2 - Da impossibilidade da fazenda pública ir a juízo pedir a anulação de decisão administrativa a ela contrária	58
3 - Dos conselhos de contribuintes	60

Localização: 336.2:347.9(81)

J33d

Código de barras: STJ00065529

3.1 - Primeiro conselho de contribuintes	60
3.2 - Segundo conselho de contribuintes	61
3.3 - Terceiro conselho de contribuintes	61
4 - Principais princípios aplicáveis ao processo administrativo fiscal	62
4.1 - Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa	62
4.2 - Princípio da motivação	66
4.3 - Princípio da objetividade da ação fiscal	67
4.4 - Princípio da verdade real ou material	68
5 - Da prova no processo administrativo fiscal	70
5.1 - Aspectos gerais	70
5.2 - Índícios e presunções	74
5.3 - Prova emprestada	79
6 - Reexame de período já fiscalizado	81
7 - Recuperação da espontaneidade	82
8 - Limitações à obrigatoriedade de prestar informações ao fisco	83
9 - O enfrentamento da constitucionalidade da lei no processo administrativo fiscal	88
10 - Prescrição e decadência	95
11 - Renúncia à esfera administrativa	98
12 - Depósito para recurso administrativo	99
13 - Confissão de dívida	101
Consulta Fiscal	104
1 - Aspectos gerais	104

Capítulo III

Execução Fiscal	109
1 - Considerações gerais	109
2 - Moedas alternativas	113
3 - Responsabilidade tributária	118
4 - Certidão de dívida ativa - Emenda e substituição	122
5 - Penhora	123
5.1 - Penhora do faturamento	123
5.2 - Impenhorabilidade	126
6 - Certidão positiva com efeito de negativa	129
6.1 - Considerações gerais	129
6.2 - Certidão positiva com efeito de negativa x parcelamento	130
7 - prescrição intercorrente	130

Localização: 336.2:347.9(81)

J33d

Código de barras: STJ00065529

8 - Execução fiscal contra a fazenda pública	132
9 - Execução fiscal contra a fazenda pública - título extrajudicial	133
10 - Multa	133
11 - Intimação do representante da fazenda pública	134
12 - Valor da causa	134
13 - Encargo do decreto-lei nº 1.025/69	135
14 - Ônus de sucumbência	137
15 - A propositura da execução fiscal, quando pendente ação judicial questionando o crédito tributário	142
15.1 - Aspectos gerais	142
15.2 - Análise destacada: danos morais pela exigência indevida de tributo	143
15.2.1- Evolução recente	143
15.2.2 - Dano patrimonial x dano moral	144
15.2.3 - Pessoa física x pessoa jurídica	145
15.2.4 - Inscrição no CADIN de tributo com exigibilidade suspensa	146
15.2.5 - Exigência judicial de tributo indevido	148
Exceção de Pré-Executividade no Executivo Fiscal	149
1 - Aspectos gerais	149
Embargos do Devedor na Execução Fiscal	156
1 - Considerações iniciais	156
2 - Da citação e penhora	157
2.1 - Penhora insuficiente - Admissibilidade dos embargos	158
2.2 - Penhora inexistente - Admissibilidade excepcional dos embargos	159
3 - Exame do processo administrativo	160
3.1 - Emenda ou substituição da certidão de dívida ativa e os honorários advocatícios	161
4 - Legitimidade ativa para os embargos	162
5 - Prazo	162
6 - Darevelia	163
7 - Da instrução e do julgamento antecipado	163
8 - Execução definitiva ou provisória, pendente apelação contra sentença proferida em embargos do devedor	164
9 - Valor da causa nos embargos	165
10 - Honorários advocatícios	166
Ação Cautelar Inominada	169
1 - Introdução	169
2 - A cautelar e a suspensão da exigibilidade do crédito	

Localização: 336.2:347.9(81)

J33d

Código de barras: STJ00065529

tributário	172
3 - Da liminar	177
4 - Efeito suspensivo a recurso especial ou extraordinário	179
4.1 - Considerações gerais	179
4.2 - Efeito suspensivo à apelação	183
5 - Certidão positiva com efeitos de negativa e a ação cautelar	183
Ação Cautelar Fiscal	185
1 - Introdução	185
2 - Cabimento	185
3 - Concessão e efeitos	187
4 - Reflexos do indeferimento dá ação cautelar fiscal na execução	188
5 - Substituição	188
6 - Arrolamento	189
Ação Anulatória de Ato Declarativo da Dívida	190
1 - Considerações iniciais	190
2 - Depósito	190
2.1 - Aspectos gerais	190
2.2 - Antecipação de tutela	192
2.3 - Inibição da execução fiscal pelo depósito	193
3 - Ação anulatória e embargos do devedor	194
4 - A busca da verdade real	194
5 - Honorários advocatícios	197
5.1 - Honorários advocatícios da Execução de Sentença	197
Ação Declaratória	202
1 - Introdução	202
2 - Cumulação	204
3 - Ação declaratória pura, ação declaratória constitutiva e ação declaratória condenatória	205
4 - Pedido genérico e indeterminado	206
5 - Fato gerador futuro x ação declaratória	206
5.1 - Aspectos gerais	206
5.2 - Sentença declaratória	207
6 - Depósito	208
6.1 - Aspectos gerais	208
6.2 - Antecipação de tutela	210
7 - Valor da causa	210
8 - Honorários advocatícios	211

Ação de Repetição do Indébito Tributário	211
1 - Considerações gerais	211
2 - Pagamento indevido	214
3 - Esgotamento das vias administrativas	217
4 - A tutela antecipatória na repetição de indébito tributário	217
5 - Atualização do débito	218
6 - Precatório	221
7 - Prazo para o pedido	222
8 - Repetição do indébito e a compensação tributária	224
9 - Legitimidade ativa	226
10 - Restituição dos tributos indiretos	226
11 - Restituição de tributos tidos como indevidos por jurisprudência pacificada	229
12 - Valor da causa	230
13 - Honorários advocatícios	230

Mandado de Segurança	232
1 - Introdução	232
2 - Cabimento de segurança em matéria tributária	233
3 - Direito líquido e certo	235
4 - Medida liminar	237
5 - Prazo	239
5.1 - Aspectos gerais	239
5.2 - Mandado de segurança preventivo	241
5.3 - Lei de efeitos concretos	244
6 - Partes	245
6.1 - Aspectos gerais	245
6.2 - Sujeição passiva	245
7 - Suspensão da segurança	248
8 - Recursos	250
9 - Efeitos da decisão denegatória de mandado de segurança	250
9.1 - Aspectos gerais	250
9.2 - Extinção sem julgamento de mérito x depósito	251
10 - Compensação	252
11 - Desistência do mandado de segurança	253
12 - Súmulas do STF em relação ao mandado de segurança	253

Mandado de Segurança Coletivo	255
1 - Introdução	255
2 - Pressupostos para a impetração do mandado de segurança coletivo	257
3 - Objeto	258
4 - Posição processual da impetrante	259

Localização: 336.2:347.9(81)

J33d

Código de barras: STJ00065529

Ação Rescisória	260
1 - Introdução	260
2 - Cabimento	262
3 - Prazo	263
4 - Antecipação de tutela e efeito suspensivo	264
5 - Súmula 343, do Supremo Tribunal Federal - Interpretação controvertida nos tribunais	266
6 - Súmula 304, do Supremo Tribunal Federal - mandado de segurança e mérito	268
7 - Reconvenção e ação rescisória	269
8 - Sentença homologatória e ação rescisória	269
9 - Valor da causa	270
10 - Desistência e destino do depósito	271
Outras Ações Judiciais em Matéria Tributária	272
1 - Notas introdutórias	272
2 - Ação de consignação em pagamento	272
2.1 - Cabimento	272
2.2 - Discussão do montante devido	275
2.3 - Depósito extrajudicial	276
3 - Ação popular	277
4 - Ação monitoria	279
5 - Ação direta de inconstitucionalidade	282
6 - Ação declaratória de constitucionalidade	286
7 - Ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental	290
8 - Ação civil pública	292
Recursos Judiciais	298
1 - Proêmio	298
2 - Introdução	298
3 - Aspectos gerais	298
4 - Apelação	300
4.1 - Aspectos gerais	300
5 - Recurso adesivo	303
5.1 - Aspectos gerais	303
6 - Embargos de declaração, embargos infringentes e embargos de divergência	306
6.1 - Embargos de declaração	306
6.2 - Embargos infringentes	311
6.3 - Embargos de divergência	312
7 - Agravo de instrumento	316

Localização: 336.2:347.9(81)

J33d

Código de barras: STJ00065529

7.1 - Aspectos gerais	316
8 - Agravo interno	318
8.1 - Aspectos gerais	318
9 - Recurso especial e recurso extraordinário	320
9.1 - Aspectos gerais	320
10 - Contra-razões	328
10.1 - O exercício abusivo do direito de recorrer	328
10.2 - Aspectos gerais	331
Referências	332
Publicações do autor	340